

## **ANEXO 2**

### **JUSTIFICATIVA PARA A INVERSÃO DA ORDEM DAS FASES NO PRESENTE CERTAME**

Objeto: Registro de Preços para eventual prestação de serviços comuns de engenharia, incluindo reparos e correções em prédios próprios, locados ou cedidos vinculados à Secretaria Municipal da Saúde.

Valor Estimado: R\$ 24.779.036,7

Em caráter excepcional, a fase de habilitação precederá a fase de julgamento das propostas no presente certame, nos termos autorizados pelo art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A adoção do rito procedimental de inversão de fases restou devidamente motivada nos autos do processo administrativo correspondente, pautando-se nos seguintes fundamentos de interesse público e técnico:

#### **1. Da Fundamentação Legal e do Caráter Excepcional**

A Lei Federal nº 14.133/2021, em seu art. 17, *caput*, estabelece como regra geral que a fase de julgamento das propostas (disputa de lances) precede a fase de habilitação, analisando-se os documentos apenas do licitante vencedor.

Todavia, o § 1º do mesmo artigo autoriza, excepcionalmente, a inversão dessa ordem por meio de decisão motivada. Com a inversão, a fase de habilitação de todos os interessados ocorre antes da abertura de propostas e lances. Somente as empresas declaradas habilitadas nesta triagem prévia participarão da fase competitiva de lances e julgamento, garantindo que a disputa ocorra exclusivamente entre concorrentes aptos.

#### **2. Da Continuidade do Serviço Público Essencial de Saúde**

O objeto desta licitação envolve reparos, manutenções e correções prediais na rede municipal de ensino de Marília/SP (incluindo prédios locados e demais prédios administrativos e de atendimento da pasta). A infraestrutura escolar está diretamente vinculada à garantia do direito constitucional à educação e à segurança física de alunos e servidores.

A inversão de fases atua como um filtro assecuratório indispensável para garantir que a disputa de preços ocorra exclusivamente entre empresas materialmente aptas a adimplir a obrigação, mitigando o risco de paralisações em serviços essenciais de saúde que não podem sofrer solução de continuidade.

#### **3. Do Histórico de Inexecuções e Riscos de Abandono**

O histórico de contratações de engenharia e manutenção predial demonstra uma crônica incidência de licitações frustradas e de rescisões unilaterais motivadas pelo abandono de serviços

por empresas que mergulham em "aventuras de preços" sem possuir capacidade operacional ou saúde financeira compatível.

Dado o expressivo valor estimado da contratação (R\$ 24.779.036,07), a triagem documental prévia de habilitação técnica, jurídica e econômico-financeira de todos os interessados impede o prosseguimento para a fase de lances de propostas formalmente vantajosas, mas materialmente inexecutáveis na prática, neutralizando riscos contratuais graves ao erário e à rede de ensino municipal.

#### **4. Da Proteção à Competitividade Saudável e Combate a "Aventuras de Preços"**

A presença de licitantes inaptos na fase de lances contamina a disputa competitiva de maneira irreversível. Empresas que não possuem condições reais de executar o objeto do contrato, ao participarem da disputa de lances, tendem a ofertar descontos agressivos e artificialmente elevados, forçando uma redução drástica dos percentuais ofertados para patamares inexecutáveis.

Tal prática distorce o mercado de duas formas:

- Obriga as empresas sérias, tecnicamente preparadas e com capacidade operacional consolidada a reduzirem suas propostas além do limite seguro para tentar competir, comprometendo a futura execução do contrato.
- Quando a empresa aventureira é posteriormente inabilitada no rito comum (após a fase de lances), o mercado legítimo já foi prejudicado por uma disputa artificialmente rebaixada, o que pode inviabilizar economicamente a contratação ou levar a pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro desarrazoados.

Ao inverter as fases e permitir que somente as empresas previamente habilitadas participem da fase de lances, a Administração garante que todos os disputantes estejam em real igualdade de condições, pois todos foram submetidos à mesma triagem documental e declarados aptos. A disputa torna-se salutar, focada na eficiência real e na capacidade de execução, proporcionando a esta Secretaria a certeza de uma contratação exequível e de uma excelente execução contratual, com preços justos formados em um ambiente competitivo genuíno.

#### **5. Da Eficiência, Economicidade e Segurança Jurídica**

Em estrita observância aos princípios estipulados no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 (eficiência, economicidade, competitividade, segurança jurídica), a análise prévia dos requisitos de habilitação de todos os concorrentes otimiza o procedimento. A comissão de licitação/Agente de Contratação evita o desperdício de tempo e recursos com a classificação de propostas de empresas que sequer reúnem condições jurídicas ou fiscais de contratar. Além disso, garante-se que o critério de julgamento do menor preço – representado pelo maior desconto sobre a Tabela CDHU – seja aplicado sobre uma base de concorrentes previamente homologados, idôneos e plenamente capacitados.

A medida encontra respaldo também no § 1º do art. 17, que exige “ato motivado” demonstrando o benefício da inversão. O histórico de certames anteriores desta Secretaria, com elevado índice de inabilitação e de rescisões contratuais, constitui evidência concreta da conveniência técnica da medida, conferindo previsibilidade e controle ao processo licitatório, mantendo o foco em selecionar a proposta mais vantajosa com segurança e seriedade.

#### **6. Conclusão**



R. Benjamin Pereira de Souza, 23 - Somenzari, Marília - SP, 17506-001

Diante do exposto, com fundamento no art. 17, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e considerando a essencialidade dos serviços de saúde pública, o histórico de inexecuções contratuais e a necessidade de preservar a competitividade salutar do certame, opina-se pela viabilidade e conveniência técnica e administrativa da inversão da ordem das fases, para que a habilitação de todos os licitantes ocorra previamente à abertura de propostas e lances.

A presente justificativa integra o Termo de Referência, para os devidos fins.